

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania,
e Legislação Participativa**

**Relatório Semestral
(acumulado janeiro a junho 2024)**

CDDHCLP

Brasília/DF
Agosto/2024

Composição da Comissão

Membros Titulares

Deputado Fábio Felix - Presidente
Deputado Ricardo Vale - Vice-Presidente
Deputada Jaqueline Silva
Deputado João Cardoso
Deputado Rogério Morro da Cruz

Membros Suplentes

Deputado Max Maciel
Deputado Gabriel Magno
Deputado Paula Belmonte
Deputada Doutora Jane
Deputado Iolando

Servidores da Comissão

Ana Meirelles – Estagiária de Serviço Social
Gabriel Santos Elias – Secretário da Comissão
Janaína Bittencourt – Assessora da Comissão
Aline Midore – Consultora Legislativa
Rodinei Tarciano Silva – Consultor Legislativo
Thiago Bazi Brandão – Consultor Técnico-Legislativo – Assistente Social
Natália Daniela de Sousa - Consultora Técnico-Legislativa – Assistente Social
Kamila Velasco Pacheco - Consultora Técnico-Legislativa – Assistente Social
Antonio Augusto N de Queiroz – Consultor Técnico Legislativo - Administrador
Daniela Sanchez – Assessora da Comissão
Dheneffer Santana Nascimento – Estagiária de Serviço Social
Giovanna Cruzeiro – Estagiária de Serviço Social
Maurício Rocha – Estagiário de Serviço Social

1º Relatório Semestral - 2024

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa (CDDHCLP), conforme o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no seu artigo 67, parágrafo 2º tem como prerrogativa:

§ 2º A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar fará relatório bimestral sobre as atribuições previstas nos incisos I a IV deste artigo.

Em face disso, elaboramos este material com vistas a dar publicidade e transparência às ações realizadas pela Comissão.

Registra-se que compete à Comissão realizar, conforme o mesmo Artigo 67 do Regimento Interno da CLDF, as seguintes ações:

- I – investigar denúncias de violação dos direitos humanos ou cidadania;
- II – articular-se com entidades públicas ou privadas de defesa dos direitos humanos e cidadania, bem como com órgãos públicos de segurança e defesa civil, em esforço conjunto para minimizar as causas da violência;
- III – promover simpósios, congressos, conferências, seminários ou assemelhados com a sociedade, na busca de soluções contra a violência;
- IV – visitar, periodicamente:
 - a) delegacias, penitenciárias, casas de albergado;
 - b) centros de triagem, asilos, casas de amparo a pessoas desfavorecidas e de atendimento psiquiátrico;
 - c) lugares onde se abrigam pessoas sem moradia;
 - d) vítimas ou familiares de vítimas falecidas que, em razão do crime, não possuem o mínimo de condições necessárias para a sobrevivência;

Na Comissão, de Janeiro a Junho de 2024, foram recebidas e registradas **1355** demandas que foram classificadas da seguinte forma:

Tabela 1 - Classificação de Demandas de 2024

Relatório de Demandas por Categoria		
Categoria	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Sistema Prisional	824	60,81%
Saúde	168	12,40%
Outros	88	6,49%
Assistência Social	52	3,84%
Moradia e Conflito Urbano	49	3,62%
Educação	47	3,47%
Violência Policial	33	2,44%
LGBTQIA+fobia	24	1,77%
Racismo	20	1,48%
Criança e Adolescente	13	0,96%
Gênero	12	0,89%
Violência	9	0,66%
Idoso	6	0,44%
Socioeducativo	6	0,44%
Pessoa com Deficiência	4	0,30%
Total	1355	100,00%

Observamos uma recorrência de acúmulo de demandas do sistema prisional, de saúde e assistência social. Notamos o crescimento das demandas de educação relacionadas a matrícula nas escolas, falta de merenda escolar, precariedade da infraestrutura da escola, transporte escolar entre outros. Estudos também tem sido realizados para pensar as ações de enfrentamento as filas das creches tendo em vista suas repercussões para a vida das famílias, especialmente das mulheres e as dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho

No campo da assistência foram realizadas tratativas com a Secretaria de Desenvolvimento Social com o objetivo de aprimorar os instrumentos de atendimentos das demandas dos cidadãos.

Das demandas apresentadas, foram produzidos 591 ofícios dirigidos às organizações públicas e privadas solicitando a análise das demandas, assim como a identificação das providências cabíveis. Outras medidas foram tomadas como

contatos por telefone, e-mail, redes sociais, no sentido de oferecer agilidade ao atendimento e encaminhamento das necessidades das pessoas atendidas. Os órgãos ligados ao sistema penitenciário, a secretaria de saúde, assistência social e o Ministério Público foram os mais acionados.

Tabela 2 - Órgãos acionados

Relatório de Ofícios por Órgão	
Órgão de Destino	Qtd. de Ofícios
SES	139
VEP	80
SSP	75
OUTROS	65
SEDES	54
SEE	43
MPDFT	30
DEFENSORIA	23
SEJUS	10
DF LEGAL	9
CODHAB	8
SEAPE	8
SEMOB	7
UNB	7
MPDFT/NUPRI	6
NUPRI	5
PMDF	4
MPDFT/PROSUS	3
TJDF	3
MPDFT/PJM	2
PROEDUC	2
SEAGRI	2
SEC. ECON	2
CONSELHO TUTELAR	1
HUB	1
Total	591

ANÁLISE QUALITATIVA DAS DEMANDAS

A natureza das demandas de violações dos direitos humanos em 2024 revela uma tendência histórica do Estado Brasileiro de reproduzir práticas de abuso de autoridade, violência, por um lado, e de manter barreiras e limites de acesso aos direitos, do outro. Essa dinâmica tem sido prejudicial a população do Distrito Federal que busca a Comissão de Direitos Humanos da CLDF quando encontra dificuldades no seu relacionamento com o poder público.

Por esta razão convém refletir sobre a natureza dessas demandas com o intuito de definirmos propostas de fiscalização, legiferação e suplementação orçamentária, assim como atividades formativas e debates que promovam a cidadania e a participação cidadã.

Anexo – Detalhamento da natureza das demandas

Principais violações de direitos registradas:

- Maus tratos no Presídio da Papuda durante aplicação do Enem, com abusos, gritos, agressões verbais, e castigos indevidos.
- Pressão psicológica sobre presos no momento do Enem, resultando em preenchimento errado da redação devido ao nervosismo.
- Falta de diversidade e adequação nos cursos oferecidos aos presos, com foco exclusivo em vídeos de um único palestrante em vez de cursos profissionalizantes ou preparatórios para o Enem.
- Agressões físicas e psicológicas contra detentos em diversas unidades prisionais, com relatos de espancamentos, superlotação de celas, falta de alimentação adequada, e negligência médica.
- Denúncias de maus-tratos, incluindo violência física e psicológica, contra pessoas em situação de rua e em unidades de acolhimento.

- Relatos de discriminação e violência contra indivíduos LGBTQIA+, incluindo agressões físicas e verbais, bem como negação de direitos.
- Casos de racismo institucional e discriminação racial, com ênfase na negação de direitos e tratamento desigual por parte de autoridades e instituições.
- Denúncias de violência doméstica e feminicídio, incluindo a falta de apoio adequado para as vítimas e familiares.
- Reclamações sobre negligência e violações de direitos no sistema de saúde, destacando-se a falta de atendimento adequado, longas esperas e falta de medicamentos.
- Questões relacionadas à educação, com foco na falta de acesso a direitos educacionais para pessoas com deficiência e discriminação contra estudantes.
- Problemas relativos ao tratamento e direitos de imigrantes e refugiados, incluindo dificuldades de regularização e acesso a serviços.
- Denúncias de corrupção e uso indevido de recursos públicos em diversos níveis governamentais, com destaque para casos que afetam diretamente os direitos da população.
- Reclamações sobre a falta de infraestrutura e serviços básicos em comunidades, incluindo problemas com transporte público, saneamento e acesso a serviços essenciais.
- Restrição ou negação de visitas íntimas: relatada como negada para aqueles que não estão estudando, afetando a manutenção dos laços familiares.
- Condições insalubres e desumanas: incluem falta de alimentação adequada (com relatos de comida azeda, podre ou insuficiente), ausência de banho de sol, falta de higiene, e celas superlotadas e sem condições mínimas de habitabilidade.
- Violência física e psicológica por parte dos agentes penais: inclui agressões, torturas, ameaças, e tratamentos cruéis e degradantes.
- Negligência médica e falta de assistência à saúde: relatada como ausência de atendimento médico adequado, internos com problemas de saúde não atendidos, e condições que favorecem a disseminação de doenças.

- Discriminação e abuso contra internos transgêneros: incluindo a colocação em isolamento por longos períodos sem justificativa legal e em condições precárias.
- Violência institucional e abuso de autoridade: agentes penais abusando do poder, impondo castigos arbitrários, e ameaçando internos e seus familiares.
- Falta de acesso a direitos básicos: como educação, lazer, e atividades que promovam a reinserção social.
- Negligência e abuso alimentar: com relatos frequentes de comida azeda, estragada, ou insuficiente, causando problemas de saúde aos internos.
- Violações de privacidade e dignidade durante as visitas: como restrições severas e humilhações impostas aos visitantes, incluindo crianças e idosos.
- Superlotação e condições precárias de moradia: incluindo a falta de ventilação, luz natural, e instalações adequadas para dormir e higiene pessoal.
- Restrição de comunicação e acesso à justiça: dificuldade de acesso a advogados e restrição na entrega de queixas sobre as condições de detenção.
- Desrespeito às necessidades básicas de saúde: relatos de surtos de doenças sem atendimento adequado e falta de medicamentos.
- Maus-tratos generalizados e sistemáticos: sugerindo um padrão de abuso e Alimentação inadequada e estragada, resultando em casos de intoxicação alimentar, diarreia, vômitos, e desidratação entre os detentos.
- Negligência médica, com relatos de falta de atendimento adequado aos detentos doentes.
- Condições insalubres, incluindo relatos de falta de higiene nas celas e infestação por pragas.
- Falta de acesso a itens básicos de higiene pessoal, contribuindo para agravar as condições insalubres.
- Uso de violência e abusos por parte dos funcionários do presídio, incluindo espancamentos e castigos desumanos relatados após reclamações sobre a qualidade da comida.
- Restrição ou negação de banho de sol, contrariando as normas de tratamento digno.

- Desnutrição e fome devido à recusa em consumir a alimentação estragada fornecida, agravada pela restrição na entrada de alimentos pelos familiares.
- Comunicação ineficaz ou negligenciada entre a administração do presídio e os familiares dos detentos, especialmente em relação às condições de saúde e bem-estar dos presos.
- Falta de atenção às necessidades básicas, evidenciada pela incapacidade dos detentos de acessar água potável regularmente.
- Falta de transparência e resposta às denúncias feitas por familiares e detentos, indicando um descaso com as condições de vida no presídio.
- Negligência dentro do sistema prisional.
- Internos relatam estarem sendo oprimidos e espancados, tendo perdido todas as roupas e sofrendo agressões, como coronhadas.
- Internos estão congelando de frio, sem banho de sol, com atendimento médico inadequado, sofrendo de dores de barriga e vomitando.
- Relatos de comida azeda e estragada, causando infecções intestinais, dores abdominais, febre e diarreia nos internos. Muitos estão evitando comer para não passar mal e ficando desnutridos.
- Internos sem atendimento médico adequado, mesmo quando estão gravemente doentes, como no caso de um interno que desmaiou de fome e não recebeu socorro imediato.
- Internos em celas superlotadas, dormindo no chão e revezando-se para dormir.
- Relato de um interno que foi morto por outro colega de cela, após um pedido de transferência não atendido.
- Violência e abusos por parte dos policiais penais
- Relatos de espancamentos, torturas, opressão psicológica e física por parte dos agentes.
- Internos sem acesso a itens de higiene, alimentos adequados, e condições mínimas de dignidade humana, como banho de sol e atendimento médico.
- Sugestão de fiscalizações surpresas para averiguar as reais condições de alimentação e tratamento dos internos, já que as inspeções agendadas não revelam a realidade.
- Pedido de atendimento para cirurgias.

- Pessoa idosa não consegue vaga para exames de urgência.
- Paciente transferido para hospital sem hemodiálise.
- Idosa sem receber medicação.
- Pedido de atendimento para criança em estado grave.
- Morte de bebê no HRAN.
- Falta de atendimento leva ao óbito.
- Paciente falece por negligência.
- Grávida morre após procurar atendimento em hospitais e não conseguir.
- Falta de condições para realização de exame pelo SUS.
- Falta de atendimento de saúde na rede pública.
- Falta de medicamento na rede pública.
- Denúncia de falta de profissionais de saúde.
- HRAN: Morte de bebê, pacientes deitados no chão.
- Hospital Regional de Taguatinga: Denúncia de falta de atendimento.
- Hospital Regional de Sobradinho: Falta de atendimento.
- UPA Sobradinho 2: Descaso no atendimento.
- CAPS Samambaia: Falta de profissionais.
- UBS 10 e UBS 11: Denúncia contra enfermeiro e outras irregularidades.
- Hospital de Apoio: Pedido de vaga.
- Mulher trans em situação de vulnerabilidade e violência.
- Denúncia de violência contra criança.
- Denúncia de inseminação no HMIB.
- Outras Denúncias e Pedidos
- Denúncia contra empresa UTI Vida.
- Denúncia de comunidade terapêutica (Mão de Obra dos Acolhidos e demais irregularidades).
- Pedido relativo à Saúde da PMDF.
- Médica acusada de omissão.
- Demanda de atendimento para criança com TEA.
- Denúncia de demora no atendimento no HMIB.
- Descaso na UPA de Sobradinho 2.

- Pedido de acesso a benefícios:
- Solicitação para obtenção de benefícios sociais, possivelmente por pessoas em situação de vulnerabilidade social que necessitam de assistência financeira ou programas sociais.
- Demanda relacionada ao acolhimento e assistência a pessoas que estão vivendo nas ruas, buscando um abrigo seguro e suporte básico.
- Relato de situações em que pessoas ou famílias não têm acesso adequado a alimentos, enfrentando fome ou desnutrição.
- Indicação de problemas e obstáculos enfrentados por indivíduos ao tentar acessar benefícios sociais, como burocracia excessiva ou falta de informações.
- Pedido formal para que seja concedido acesso a programas de assistência social e benefícios disponíveis para a população carente.
- Queixa ou relato sobre problemas ou irregularidades em uma Casa de Passagem, que pode incluir maus-tratos, falta de recursos ou condições inadequadas para os usuários.
- Solicitação de atendimento no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que oferece suporte e serviços especializados para famílias e indivíduos em situação de risco social.
- Requerimento para atualização de informações no Cadastro Único para Programas Sociais, fundamental para a concessão e manutenção de benefícios sociais.
- Casos de violação de direitos de crianças, incluindo denúncias de maus-tratos, expulsão de crianças com TEA de escolas, racismo e bullying em ambientes escolares.
- Denúncias de violência policial, abuso de poder, e assédio moral por parte da PM, afetando tanto a população geral quanto indivíduos em situações específicas, como jovens autistas e participantes de projetos socioeducativos.
- Demandas relacionadas à regularização de terras, despejos forçados, e necessidades de moradia, especialmente para pessoas em hospitais e comunidades vulneráveis.

REUNIÕES DA COMISSÃO

Projetos de Lei aprovados ou em Tramitação

RESULTADO DE PAUTA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR, DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA NONA LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL.

Matérias para discussão e votação:

1. Projeto de Lei nº 141/2023, de autoria da Deputada Doutora Jane, que *“Determina a divulgação do serviço LIGUE 180 – Central de Atendimento à Mulher e torna obrigatória a adoção de medidas afirmativas, educativas e preventivas ao abuso sexual e violência contra mulher nas dependências das salas de exibição e cinemas do Distrito Federal.”*

Relator: Deputada Jaqueline Silva.

Parecer: Pela Aprovação, na forma do Substitutivo anexo.

Resultado: Aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências.

2. Projeto de Lei nº 576/2023, de autoria da Deputada Dayse Amarílio, que *“Institui a Semana Distrital de Prevenção e Combate ao Feminicídio”*.

Relator: Deputada Jaqueline Silva.

Parecer: Pela Aprovação, com acolhimento da Emenda Modificativa anexa.

Resultado: Aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências.

3. Projeto de Lei nº 580/2023, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que *“Estabelece diretrizes para criação do programa de fortalecimento da saúde mental e do enfrentamento a violência psicológica entre mulheres (Wollying) no âmbito do Distrito Federal.”*

Relator: Deputado Ricardo Vale.

Parecer: Pela Aprovação.

Resultado: Aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências.

4. Projeto de Lei nº 74/2023, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que *“Altera a Lei nº 6.619, de 10 de junho de 2020, que “Determina a instalação de sistema de monitoramento em asilos, casas de repouso ou clínicas de repouso que abriguem idosos, e em creches públicas ou privadas no Distrito Federal e dá outras providências.”*

Relator: Deputado João Cardoso.

Parecer: Pela Aprovação.

Resultado: Aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências.

5. Projeto de Lei nº 551/2023, de autoria da Deputada Dayse Amarílio, que *“Dispõe sobre a garantia de prioridade de tramitação dos procedimentos investigatórios que visem à apuração e responsabilização de crimes dolosos e culposos que tenham como vítimas crianças e adolescentes, no âmbito do Distrito Federal”.*

Relator: Deputado Rogério Morro da Cruz.

Parecer: Pela Aprovação.

Resultado: Aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências.

6. Projeto de Lei nº 693/2023, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que *“Institui a Complementação de Renda para Mães Atípicas ou Responsável Legal Atípico, no âmbito do Distrito Federal”.*

Relator: Deputado Rogério Morro da Cruz.

Parecer: Pela Aprovação.

Resultado: Aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências.

7. Projeto de Lei nº 2191/2021, de autoria do Deputado Martins Machado, que *“Dispõe sobre as diretrizes para o incentivo ao acesso e para o empreendedorismo voltados à Tecnologia Assistiva (TA) às pessoas idosas, e dá outras providências.”*

Relator: Deputado Rogério Morro da Cruz.

Parecer: Pela Aprovação.

Resultado: Aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências.

8. Projeto de Lei nº 3013/2022, de autoria do Deputado Martins Machado, que *"Institui o Programa de Incentivo à Economia Solidária voltado para mulheres e dá outras providências."*

Relator: Deputado Rogério Morro da Cruz.

Parecer: Pela Aprovação.

Resultado: Aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências.

9. Projeto de Lei nº 2744/2022, de autoria do Deputado João Cardoso, que *"Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos na área externa dos locais de aplicação de provas de concursos públicos no âmbito do Distrito Federal."*

Relator: Deputado Rogério Morro da Cruz.

Parecer: Pela Aprovação.

Resultado: Aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências.

10. Projeto de Lei nº 1847/2021, de autoria do Deputado João Cardoso, que *"Fixa prestações alternativas à aplicação, em dias de guarda religiosa, de exames vestibulares e seriados em instituições de ensino, bem como de processos seletivos para admissão em programas de residência, no âmbito do Distrito Federal."*

Relator: Deputado Rogério Morro da Cruz.

Parecer: Pela Aprovação.

Resultado: Aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências.

11. Projeto de Lei nº 431/2023, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que *"Institui a Política Distrital de apoio e incentivo à mulher no esporte e dá outras providências."*

Relator: Deputado Rogério Morro da Cruz.

Parecer: Pela Aprovação.

Resultado: Aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências.

12. Projeto de Lei nº 2081/2021, de autoria do Deputado Fábio Felix, que *"Estabelece medidas de combate à discriminação de trabalhadores de aplicativos em bares, lanchonetes, mercados, shopping centers e demais estabelecimentos comerciais, e dá outras providências."*

Relator: Deputado João Cardoso.

Parecer: Pela Aprovação.

Resultado: Aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências.

13. Projeto de Lei nº 2030/2021, de autoria do Deputado Fábio Felix, que *"Estabelece a obrigação de fixação de placas de conscientização contra crimes de homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia em estabelecimentos comerciais e congêneres"*.

Relator: Deputado Ricardo Vale.

Parecer: Pela Aprovação.

Resultado: Aprovado com 2 votos favoráveis, 1 voto contrário e 2 ausências.

14. Indicação nº 4292/2024, de autoria da Deputada Doutora Jane, que *"Sugere à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal a intensificação das ações e campanhas de combate ao uso de substâncias ilícitas durante o período carnavalesco, com ênfase no enfrentamento à Violência Sexual contra mulheres, crianças e adolescentes"*.

Resultado: Retirada de Pauta.

RESULTADO DE PAUTA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA NONA LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL.

Matérias para discussão e votação:

1. Projeto de Lei nº 782/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que *"Proíbe, no âmbito do Distrito Federal, o constrangimento ou embaraço a vigilantes que se encontrem no exercício de sua profissão"*.

Relator: Deputado Ricardo Vale.

Resultado: Aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências.

2. Projeto de Lei nº 965/2024, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que *"Inclui no Calendário Oficial de eventos do Distrito Federal o dia do Agente de Proteção da criança e adolescente do Distrito Federal"*.

Relator: Deputado Fábio Felix.

Resultado: Aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências.

3. Projeto de Lei nº 977/2024, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que *"Cria a ferramenta "MULHER NÃO SE CALE – Canal de Denúncia" nos sítios eletrônicos e aplicativos da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal."*

Relator: Deputado Fábio Felix.

Resultado: Aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências.

4. Indicação nº 4798/2024, de autoria do Deputado Fábio Felix, que *"Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP-DF), a criação de novas unidades da DECRIM, bem como a alocação de postos avançados em locais de acesso facilitado para a população do DF."*

Resultado: Aprovada com 3 votos favoráveis e 2 ausências.

5. Indicação nº 4813/2024, de autoria do Deputado Rogério Morro da Cruz, que *"Sugere providências à Excelentíssima Senhora Secretária de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, no sentido de encaminhar as providências necessárias com vistas à realização de atendimento itinerante do programa "Na Hora Mais Perto do Cidadão" nos bairros Morro da Cruz/Zumbi dos Palmares, Região Administrativa de São Sebastião (RA-XIV)."*

Resultado: Aprovada com 3 votos favoráveis e 2 ausências.

6. Indicação nº 4734/2024, de autoria do Deputado Joaquim Roriz Neto, que *"Sugere ao Poder Executivo que promova melhorias na infraestrutura, com implantação de órgãos públicos no Riacho Fundo II."*

Resultado: Aprovada com 3 votos favoráveis e 2 ausências

PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES DA CDDHCLP EM CONSELHOS E COMITÊS EXTERNOS

A Comissão participa de conselhos e comitês externos, defendendo as pautas dos direitos humanos e as contribuições à formulação de políticas públicas e sociais que avancem na proteção, garantia e promoção dos direitos nos segmentos em que atua. A efetiva e contínua participação da Comissão ocorreu nos conselhos abaixo, tendo também representado a CLDF em eventos e reuniões externas, presenciais e virtuais, a convite de instituições relacionadas aos direitos humanos.

CONSELHO	PARTICIPANTES	REPRESENTAÇÃO
Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - CDPDDH (SEJUS) (2021/2023)	Danielle de Paula Benicio da Silva Janaina Bittencourt Natália Kamila	CLDF/CDDHCLP
Conselho Comunitário da Universidade de Brasília (2022)	Gabriel Santos Elias - titular	CLDF/CDDHCLP
Grupo de trabalho para discutir propostas para a área de Assistência Social do DF – MPDFT/TCDF/CLDF	Thiago Bazi Brandão Natália Souza	CLDF/CDDHCLP

COMITÊS INTERNOS DA CLDF COM PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO

Comitê/Grupo	Servidor	Atuação
Comitê de Estratégia da Tecnologia da Informação	Thiago Bazi	Análise e deliberação sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação com ênfase no desenvolvimento de sistemas para a área de legiferação, fiscalização e participação cidadã.

Comitê de Análise do Adicional de Qualificação	Thiago Bazi	Coordenação da análise de títulos de servidores
Comitê Gestor de Sustentabilidade - Ecolegis	Thiago Bazi	Campanhas e educação ambiental
Comitê de Estágio Probatório	Thiago Bazi	Avaliação de servidores
Grupo de Trabalho para elaboração do Sistema de Informação da Comissão	Thiago Bazi Janaina Bittencourt Natália	Planejamento e construção do sistema

Em, 05 de julho de 2024

GABRIEL SANTOS ELIAS

Secretário da CDDHCLP